

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.503.652/0001-50
Sede: Avenida Ipiranga, 282, 9º Andar, Consolação, São Paulo, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Veneza Empreendimentos e Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.
São Paulo, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2015	2014		2015	2014
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	88.141	40.068	CIRCULANTE	5.017	3.533
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	82.058	39.853	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 10c)	4.325	3.027
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 10b)	6.083	215	Dividendos a Pagar (Nota 9c)	567	446
NÃO CIRCULANTE	210.966	198.457	Outras Obrigações	125	60
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	167.452	152.738	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	294.090	234.992
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6)	117.170	152.738	- Capital Social	-	-
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	50.282	-	- De Domiciliados no País (Nota 9a)	118.000	95.000
IMOBILIZADO (Nota 8)	43.514	45.719	Reservas de Lucros (Nota 9b)	176.090	139.992
Propriedade para Investimento	62.990	62.990			
Depreciação Acumulada	(19.476)	(17.271)			
TOTAL	299.107	238.525	TOTAL	299.107	238.525

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais						DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2015	2014		2015	2014		2015	2014		2015	2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (Nota 8)	51.220	45.105	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	49.352	43.459	Eventos	73.000	3.975	111.530	-	188.505
Impostos Incidentes sobre Receita Bruta	(1.869)	(1.647)	CUSTO OPERACIONAL	(2.205)	(2.205)	Saldos em 31.12.2013	22.000	-	(22.000)	-	-
Outras Receitas Operacionais	1	1	Depreciações (Nota 8)	(2.205)	(2.205)	Aumento do Capital Social com Reservas	-	-	-	46.933	46.933
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	49.352	43.459	LUCRO BRUTO	47.147	41.254	Destinações - Reservas	-	2.346	44.141	(46.487)	-
CUSTO OPERACIONAL	(2.205)	(2.205)	DESPESAS OPERACIONAIS	(186)	(837)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(446)	(446)
Depreciações (Nota 8)	(2.205)	(2.205)	Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12)	(186)	(837)	Saldos em 31.12.2014	95.000	6.321	133.671	-	234.992
LUCRO BRUTO	47.147	41.254	RESULTADO FINANCEIRO	27.656	17.271	Aumento do Capital Social com Reservas	23.000	-	(23.000)	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS	(186)	(837)	Receitas Financeiras (Nota 11)	27.656	17.271	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	59.665	59.665
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	47.147	41.254	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(14.952)	(10.755)	Destinações - Reservas	-	2.984	56.114	(59.098)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(14.952)	(10.755)	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	59.665	46.933	- Dividendos Propostos	-	-	-	(567)	(567)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	59.665	46.933				Saldos em 31.12.2015	118.000	9.305	166.785	-	294.090

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais						DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro							
	2015	2014	Descrição	2015	2014						
Lucro Líquido do Exercício	59.665	46.933	GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO RECEITAS	1	1						
Total do Resultado Abrangente	59.665	46.933	Outras Receitas	1	1						
			INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(186)	(0,3)						
			Edições e Publicações	(130)	(72)						
			Serviços de Terceiros	(56)	(765)						
			VALOR ADICIONADO BRUTO	(185)	(0,3)						
			RETENÇÕES	(2.205)	(2,9)						
			Depreciação	(2.205)	(2.205)						
			VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(2.390)	(3,2)						
			VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	78.876	103,2						
			Receitas Financeiras	27.656	36,2						
			Aluguéis Recebidos	51.220	67,0						
			VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	76.486	100,0						
			DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	76.486	100,0						
			Impostos, Taxas e Contribuições	16.822	22,0						
			Remuneração de Capitais Próprios	59.664	78,0						
			Dividendos	567	0,7						
			Lucros Retidos	59.097	77,3						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014		2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	74.617	57.688	Dividendos Pagos	(446)	(440)
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	2.205	2.205	Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	(446)	(440)
Depreciação	2.205	2.205	Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	42.205	(39.333)
Lucro Líquido Ajustado	76.822	59.893	Início do Exercício	39.853	79.186
Redução/(Aumento) em Empréstimos e Recebíveis	35.568	(88.541)	Fim do Exercício	82.058	39.853
(Aumento) Ativos Financeiros para Negociação	(50.282)	-	Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	42.205	(39.333)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(5.868)	188			
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	65	(15)			
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(13.654)	(10.420)			
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	42.651	(38.893)			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Veneza Empreendimentos e Participações S.A. é uma Companhia que tem como objetivo a administração, locação, compra e venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 27 de janeiro de 2016.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.
A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação e empréstimos recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.
a) Ativos financeiros para negociação
Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.
b) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.5) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.
As aplicações em fundos de investimentos financeiros são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Propriedade para investimento
Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.
As propriedades para investimentos são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, pelo método linear à taxa que levam em consideração o tempo e a vida útil econômica estimada dos bens. A Companhia revisa periodicamente a estimativa da vida útil e valor residual das propriedades para investimentos.
Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.
Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou da vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. A recuperação das propriedades por meio das operações futuras é acompanhada periodicamente.

2.8) Patrimônio líquido
a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.
b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.
2.9) Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.
Receitas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos de investimentos financeiros.

2.10) Imposto de renda e contribuição social
A Companhia optou pela tributação através da modalidade do lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota-base de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

2.11) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.
Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:
Nível 1
Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
Nível 2
Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3
Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.
Determinados ativos, como propriedade de investimentos, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional (1)	12	11
Fundos de investimentos financeiros (2)	82.046	39.842
Total de caixa e equivalentes de caixa	82.058	39.853

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Aplicações em operações compromissadas (1)	117.170	152.738
Total	117.170	152.738

(1) Referem-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, à taxa de 100% do CDI, com vencimento em 14.12.2017.

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

	Em 31 de dezembro			
	2015		2014	
Títulos	Acima de 360 dias	Valor contábil (1)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado (2)
Letras financeiras (2)	50.282	50.282	50.282	49.854
Total	50.282	50.282	50.282	49.854

(1) Referem-se a Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., à taxa de 105,25% do CDI, com vencimento em 14.12.2017, que estão classificadas como nível 2; e
(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

8) IMOBILIZADO

	Exercícios findos em 31 de dezembro				
	Taxa (média) de depreciação (a.a.%) (1)	Custo	Depreciação acumulada	Custo líquido	Valor de mercado
Propriedade para investimento					
Edificações	4%	55.121	(19.476)	35.645	662.930
Terenos	-	7.869	-	7.869	-
Total em 31 de dezembro de 2015		62.990	(19.476)	43.514	662.930
Total em 31 de dezembro de 2014		62.990	(17.271)	45.719	475.240

(1) O método para depreciação das edificações é o linear.
As propriedades para investimento são representadas por imóveis locados às empresas da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar tais imóveis ao custo histórico menos a depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável.
A Companhia divulga o valor de mercado das propriedades para investimento, que foi elaborado, adotando-se o "Parecer Técnico", previsto da "Norma NBR-14653" da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pela empresa Engenbanc - Engenharia e Serviços Ltda. Adicionalmente, é realizada anualmente a avaliação do impairment para os imóveis da companhia a fim de identificar possíveis indícios de perda pela redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015 a avaliação realizada não apontou perda no valor de mercado dos imóveis.
As despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis montam R\$ 2.205 (2014 - R\$ 2.205) e as receitas de aluguel montam R\$ 51.220 (2014 - R\$ 45.105).

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

JAPIRA HOLDINGS S.A.	6
PROMOSEC CIA. SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS	2
RENNER SAYERLACK S/A	8
VENEZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.	4

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.503.652/0001-50
Sede: Avenida Ipiranga, 282, 9º Andar, Consolação, São Paulo, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social está totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias	70.836.340	70.836.340
Total	70.836.340	70.836.340

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 27 de abril de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 23.000, elevando-o de R\$ 95.000 para R\$ 118.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros Estatutária" de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passa a ser a seguinte: "Artigo 6º) O Capital Social é de R\$ 118.000 (cento e dezoito milhões de reais), dividido em 70.836.340 (setenta milhões, oitocentas e trinta e seis mil, trezentas e quarenta) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal".

b) Reservas de lucros

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Reservas de lucros	176.090	139.992
- Reserva legal (1)	9.305	6.321
- Reserva estatutária (2)	166.785	133.671

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Os cálculos dos dividendos estão demonstrados a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro		%	(1)
	2015	2014		
Lucro líquido do exercício	59.665	46.933		
Reserva legal	(2.984)	(2.346)		
Base de cálculo	56.681	44.587		
Dividendos mínimos obrigatórios	567	446		
Total dos dividendos	567	446	1,0	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

10) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 14.952 (2014 - R\$ 10.755) foram provisionados e registrados no resultado do exercício.
- b) Os Tributos a Compensar ou a Recuperar, referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 6.083 (2014 - R\$ 215).
- c) Impostos e Contribuições a Recolher no montante R\$ 4.325 (2014 - R\$ 3.027), referem-se, a Imposto de Renda no montante de R\$ 3.061 (2014 - R\$ 2.126), Contribuição Social R\$ 1.104 (2014 - R\$ 768), PIS R\$ 29 (2014 - R\$ 24) e COFINS R\$ 131 (2014 - R\$ 109).

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da
Veneza Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Veneza Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

11) RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	7.468	6.730
Rendimento de operações compromissadas	19.856	10.541
Rendimento de letras financeiras	332	-
Total	27.656	17.271

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Edifícios e publicações	130	72
Serviços de terceiros	56	765
Total	186	837

13) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2015		2014	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	12	-	11	-
Empréstimos e recebíveis:				
Banco Bradesco S.A.	117.170	19.856	152.739	10.541
Aplicação em letras financeiras:				
Banco Bradesco S.A.	50.282	332	-	-
Dividendos a pagar:				
Andorra Holdings Ltda.	(567)	-	(446)	-
Receitas de aluguel:				
Banco Bradesco S.A.	-	51.220	-	45.105

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.
- b) Em dezembro de 2015 e 2014 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis, ou prováveis de natureza relevantes.
- c) Em 01 de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabeleceu, a partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.
- d) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata – Contador – CRC 1SP212776/O-9

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Veneza Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 6 de abril de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
JAPIRA HOLDINGS S.A.	6
PROMOSEC CIA SECURIT. DE CREDITOS FINANCEIROS	2
RENNER SAYERLACK S/A	8
VENEZA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.	4

Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

Modernidade: empresa pioneira no uso da Tecnologia de Certificação Digital na administração pública.

Solidez e credibilidade: mais de 100 anos atuando com empreendedorismo, transparência e compromisso social.

Excelência em qualidade: Autoridade Certificadora com ISO 9001:2008 em Certificação Digital.

Garantia: alto nível em Segurança da Informação.

Conheça tudo o que a Certificação Digital da Imprensa Oficial pode oferecer para você.

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 126 • Número 64
São Paulo, quinta-feira, 7 de abril de 2016

Página 5

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.503.652/0001-50
Sede: Avenida Ipiranga, 282, 9º Andar, Consolação, São Paulo, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Veneza Empreendimentos e Participações S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2015	2014	2015	2014
ATIVO				
CIRCULANTE	88.141	40.068	5.017	3.533
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	82.058	39.853	4.325	3.027
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 10b)	6.083	215	567	446
NÃO CIRCULANTE	210.966	196.457	125	60
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	167.452	152.738	-	-
Empréstimos e Recebíveis (Nota 6)	117.170	152.738	-	-
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	50.282	-	-	-
IMOBILIZADO (Nota 8)	43.514	45.719	118.000	95.000
Propriedade para Investimento	62.990	62.990	176.090	139.992
Depreciação Acumulada	(19.476)	(17.271)	-	-
TOTAL	299.107	238.525	299.107	238.525

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2015	2014	Reservas de Lucros			2015	2014		
			Capital Social	Reserva Legal	Estatutária	Lucros Acumulados	Totais		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA (Nota 8)	51.220	45.105							
Impostos Incidentes sobre Receita Bruta	(1.869)	(1.647)							
Outras Receitas Operacionais	1	1							
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	49.352	43.459							
CUSTO OPERACIONAL	(2.205)	(2.205)							
Dedicações (Nota 8)	(2.205)	(2.205)							
LUCRO BRUTO	47.147	41.254							
DESPESAS OPERACIONAIS	(186)	(837)							
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12)	(186)	(837)							
RESULTADO FINANCEIRO	27.656	17.271							
Recargas Financeiras (Nota 11)	27.656	17.271							
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	74.817	58.459							
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(14.952)	(10.755)							
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	59.865	47.704							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2015	2014		
Lucro Líquido do Exercício	59.865	46.933		
Total do Resultado Abrangente	59.865	46.933		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2015	2014		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	74.817	57.688		
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	2.205	2.205		
Depreciação	2.205	2.205		
Lucro Líquido Ajustado	79.227	62.098		
Redução/(Aumento) em Empréstimos e Recebíveis	35.568	(88.541)		
(Aumento) Ativos Financeiros para Negociação	(50.282)	-		
(Aumento/Redução) em Outros Ativos	(5.868)	188		
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	65	(15)		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(13.654)	(10.420)		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	42.651	(38.893)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Dividendos Pagos	(446)	(440)		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(446)	(440)		
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(44)	(39.333)		
Início do Exercício	39.853	79.186		
Fim do Exercício	82.058	39.853		
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	42.205	(39.333)		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Veneza Empreendimentos e Participações S.A. é uma Companhia que tem como objetivo a administração, locação, compra e venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 27 de janeiro de 2016.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação e empréstimos recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação
Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.5) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos financeiros são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Propriedade para investimento
Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

As propriedades para investimentos são registradas pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, pelo método linear à taxa que levam em consideração o tempo e a vida útil econômica estimada dos bens.

A Companhia revisa periodicamente a estimativa da vida útil e valor residual das propriedades para investimentos.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção que representam melhoria, aumento da capacidade ou da vida útil são capitalizados, enquanto que os demais são registrados no resultado do período. A recuperação das propriedades por meio das operações futuras é acompanhada periodicamente.

2.8) Patrimônio líquido
a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.
A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Recargas financeiras
As recargas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos de investimentos financeiros.

2.10) Imposto de renda e contribuição social
A Companhia optou pela tributação através da modalidade do lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescida das recargas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IPI e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota-base de 15% sobre a base do lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IPI e a alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro presumido do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

2.11) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1
Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2
Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3
Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos, como propriedade de investimentos, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação de que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional (1)	12	11
Fundos de investimentos financeiros (2)	82.046	39.842
Total de caixa e equivalentes de caixa	82.058	39.853

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Aplicações em operações compromissadas (1)	117.170	152.738
Total	117.170	152.738

(1) Referem-se a Operações Compromissadas Lastreadas em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, à taxa de 100% do CDI, com vencimento em 14.12.2017.

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

	Em 31 de dezembro				
	2015		2014		
	Acima de 360 dias	Valor contábil (1)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado (2)	Marcação a mercado
Letras financeiras (2)	50.282	50.282	50.282	49.854	(428)
Total	50.282	50.282	50.282	49.854	(428)

(1) Referem-se a Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., à taxa de 105,25% do CDI, com vencimento em 14.12.2017, que estão classificadas como nível 2; e
(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

8) IMOBILIZADO

	Exercícios findos em 31 de dezembro				
	Taxa (média) de depreciação (a.a.%) (1)	Custo	Depreciação acumulada	Custo líquido	Valor de mercado
Propriedade para investimento					
Edificações	4%	55.121	(19.476)	35.645	662.930
Terenos	-	7.869	-	7.869	7.869
Total em 31 de dezembro de 2015		62.990	(19.476)	43.514	662.930
Total em 31 de dezembro de 2014		62.990	(17.271)	45.719	475.240

(1) O método para depreciação das edificações é o linear.
As propriedades para investimento são representadas por imóveis locados às empresas da Organização Bradesco e, conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar tais imóveis ao custo histórico menos a depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável.

A Companhia divulga o valor de mercado das propriedades para investimento, que foi elaborado, adotando-se o "Parceiro Técnico", previsto da "Norma NBR-14653 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pela empresa Engebanco - Engenharia e Serviços Ltda. Adicionalmente, é realizada anualmente a avaliação de impairment para os imóveis da companhia a fim de identificar possíveis indícios para a redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015 a avaliação realizada não apontou perda no valor de mercado dos imóveis.

As despesas de depreciação relacionadas a estes imóveis montam R\$ 2.205 (2014 - R\$ 2.205) e as receitas de aluguel montam R\$ 51.220 (2014 - R\$ 45.105).

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Composição do capital social em ações
O capital social está totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias	70.836.340	70.836.340
Total	70.836.340	70.836.340

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 27 de abril de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 23.000, elevando-o de R\$ 95.000 para R\$ 118.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros Estatutária" de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passa a ser a seguinte: "Artigo 6º) O Capital Social é de R\$ 118.000 (cento e dezoito milhões de reais), dividido em 70.836.340 (setenta milhões, oitocentas e trinta e seis mil, trezentos e quarenta) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal".

b) Reservas de lucros

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Reservas de lucros	176.090	139.992
- Reserva legal (1)	9.305	6.321
- Reserva estatutária (2)	166.785	133.671

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos mínimos obrigatórios
Os cálculos dos dividendos estão demonstrados a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014
Lucro líquido do exercício	59.865	46.933
Reserva legal	(2.346)	(2.346)
Base de cálculo	56.881	44.887
Dividendos mínimos obrigatórios	567	446
Total dos dividendos	567	446

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.
10) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 14.952 (20

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ 08.503.652/0001-50
Sede: Avenida Ipiranga, 282, 9º Andar, Consolação, São Paulo, SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da

Veneza Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Veneza Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Veneza Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado
Examinamos também, a demonstração do valor adicionado, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 6 de abril de 2016

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

MOSTRE QUE A SUA MARCA É MAIS DO QUE EMBALAGEM.

DIVULGUE OS SEUS RESULTADOS
FINANCEIROS PARA QUEM ENTENDE.

VALOR ECONÔMICO
71% DOS LEITORES SÃO EMPREENDEDORES*
84% DOS LEITORES POSSUEM CARGO DE DECISÃO



O Valor é o único jornal que disponibiliza
seus resultados em todas as plataformas.



Audiência total**:
2.052.000
leitores únicos
(impresso + digital)

11 3767.1323 (São Paulo)
61 3717.3331 (Brasília)
21 3521.1415 (Rio de Janeiro)

valor.com.br/comunicacaocominvestidores

ECONÔMICO
Valor
Notícias que geram negócios

(Fonte: * Perfil leitores Pesquisa Cultural - Pesquisa MARCA 2014. ** Audiência total: Leitores Únicos Digital Multiplataforma Valor (Desktop+Mobile) comScore Novembro 2015, somados ao total de leitores exclusivos Impresso Valor Econômico - Ipsos Marplan EGM 1º Semestre 2015.